

O governo de Getúlio Vargas e a política de expansão de fronteiras no Brasil Central (1930-1945)

The government of Getulio Vargas and the frontiers expansions on the Centre of Brazil (1930-1945)

El gobierno de Getúlio Vargas y la política de expansión de fronteras en el Centro de Brasil (1930-1945)

Recebido: 19/04/2022 | Revisado: 28/04/2022 | Aceito: 05/05/2022 | Publicado: 09/05/2022

Denise Oliveira Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0404-5711>

Universidade Federal de Goiás, Brasil

E-mail: denisedias92@gmail.com

Fausto Miziara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3676-9343>

Universidade Federal de Goiás, Brasil

E-mail: faustomiziara@uol.com.br

Resumo

Trata-se de um artigo sobre o processo de ocupação do Brasil Central durante o governo de Getúlio Vargas, entre 1930-1945, através da marcha para o Oeste, considerando esta como uma política nacional de expansão das fronteiras demográfica e econômica. O objetivo principal é descrever como o Estado participou como agente de expansão das fronteiras nacionais durante 1930-1945, com enfoque na criação de mitos e propagandas que fomentaram a migração da população para as regiões destinadas como oeste. Para a confecção do trabalho é utilizada a revisão bibliográfica, e também a pesquisa documental; foram analisados artigos, dissertações, teses, discursos presidenciais, decretos, revistas e jornais da época, a fim de identificar como o Estado brasileiro atuou para a promoção das fronteiras nacionais através da narrativa e políticas públicas advindas do governo federal. Os resultados encontrados mostram que apesar do Estado não ser o único agente responsável pela expansão das fronteiras nacionais, é um dos agentes envolvidos nesse processo de transformação do território, tendo em vista que a categoria de fronteira é usada para descrever estudos relativos à interação antrópica com o meio natural, abordando os conflitos e construções de mitos que favoreçam esse avanço sobre o espaço. A conclusão é que as fontes demonstram que a propaganda durante o Estado Novo foi um importante instrumento de fomento da marcha para o Oeste, e as consequências desse projeto político podem ser percebidas na construção das Colônias Agrícolas Nacionais, construção de Goiânia, e aspectos relativos ao desflorestamento, migração e dinâmica socioespacial com a implementação de infraestrutura e aumento da produtividade das regiões.

Palavras-chave: Marcha para o oeste; CANG; CAND; Revista cultura Política; Estado novo.

Abstract

This is an article about the process of occupation of Central Brazil during the government of Getúlio Vargas, between 1930-1945, through the March to the West, which was a national policy of expansion of demographic and economic frontiers. The main objective is to describe how the State participated as an agent of expansion of national borders from 1930-to 1945, focusing on the creation of myths and advertisements that encouraged the migration of the population to the destined regions as the west. For the preparation of the work, a bibliographic review is used, as well as documental research; articles, dissertations, theses, presidential speeches, decrees, magazines, and newspapers of the time were analyzed to identify how the Brazilian State acted to promote national borders through the narrative and public policies arising from the federal government. The results found show that although the State is not the only agent responsible for the expansion of national borders, it is one of the agents involved in this process of territorial transformation, given that the category of the border is used to describe studies related to anthropic interaction with the natural environment, approaching the conflicts and constructions of myths that favor this advance over space. The conclusion demonstrates that propaganda during the Estado Novo was an important instrument for promoting the March to the West, and the consequences of this political project can be seen in the construction of the National Agricultural Colonies, construction of Goiânia, and aspects related to deforestation, migration and socio-spatial dynamics with the implementation of infrastructure and increased productivity in the regions.

Keywords: March to the west; CANG; CAND; Political culture magazine; New state.

Resumen

Trata-se de un artículo sobre el proceso de ocupación de Brasil Central durante el gobierno de Getúlio Vargas, entre 1930-1945, a través de Marcha para el Oeste, considerando esta como una política nacional de expansión demográfica

y económica de las fronteras. O objetivo principal é descrever como o Estado participou como agente de expansão das fronteiras nacionais durante 1930-1945, com enfoque na criação de mitos e propagandas que fomentaram a migração da população para as regiões destinadas como oeste. Para una preparación del trabajo se utilizó una revisión bibliográfica, y también una investigación documental; foram analisados artigos, dissertações, teses, discursos presidenciais, decretos, journals e jornais da época, a fim de identificar as o Estado brasileiro atuou for a promoção das fronteiras nacionais a través da narrativa e políticas public advindas do governo federal. Os resultados encontrados mostram que apesar do Estado não ser o único agente responsável pela expansão das fronteiras nacionais, é um dos agentes envolvidos nesse processo de transformação do território, tendo em vista que a categoria de fronteira é used to descrever estudos relativos à interação antrópica com o meio natural, abordando os conflitos e construções de mitos que favoreçam esse avanço sobre o espaço. Além disso, foram encontradas fontes que demonstraram que a propaganda durante o Estado Novo foi um importante instrumento de fomento da Marcha para o Oeste, e as consequências desse projeto político podem ser percebidas na construção das Colônias Agrícolas Nacionais, construção de Goiânia, Los aspectos relacionados con el deflorestamiento, la migración y la dinámica socioespacial con la implementación de la infraestructura y el aumento de la productividad de las regiones.

Palabras clave: Marcha al oeste; CANG; CAND; Revista de cultura política; Nuevo estado.

1. Introdução

Os estudos sobre a fronteira de forma geral, tratam das relações travadas entre os seres humanos e o meio ambiente natural, além do estudo dos mitos que movem essa apropriação do meio ambiente natural e os efeitos desse conflito que se estabelece no processo colonizador.

Desta maneira, a fronteira é o instrumento analítico adequado para guiar o olhar num trabalho sobre colonização do território nacional, através do projeto político da marcha para o Oeste, o qual entende-se como expansão das fronteiras demográfica e econômica.

Para que a fronteira avance pelo território, é necessário a definição do que seria o alvo desta, e as consequentes diferenciações entre um espaço alvo e o espaço de partida dos agentes participantes do processo de expansão da fronteira. E nesse sentido, surgem as categorias de análise do espaço: centro e periferia, uma abordagem que distingue aspectos do território e justifica a necessidade da expansão de fronteiras.

Nesse contexto, na década de 1930 a fim de cumprir o projeto colonizador dos territórios considerados como “vazios demográficos”, é construída uma narrativa política que se utilizou da categoria de *hinterland*, para definir as áreas que deveriam ser povoadas e civilizadas através do projeto político da marcha para o Oeste.

Assim, segundo Silva (2017) a política de colonização do território nacional definia o *hinterland* como uma espécie de território onde a fronteira agrícola e demográfica se desenvolveriam, com o objetivo de interligar esse espaço “desconectado” ao restante do país e assim fomentar a produção agrícola nacional e criar mecanismos de melhorar as condições de vida nos grandes centros urbanos, reduzindo problemas relativos à superlotação, e por fim, gerar consumidores que pudessem absorver a produção industrial que o país estava a desenvolver.

O objetivo geral deste artigo é identificar de que maneira o Estado brasileiro atuou como agente promotor da expansão de fronteiras econômicas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), na região do Brasil Central.

Para tal análise é necessário esclarecer o que se entende como fronteira neste trabalho, pois diversas são as definições sobre o tema, o que pode gerar certa confusão por parte dos leitores. Neste, parte-se da ideia central de Hennessy (1978) que ao estudar a fronteira na América Latina, remonta que essa categoria de análise tem suas peculiaridades regionais próprias, sendo constituída de “fronteiras”, ou seja, momentos distintos que compõem esse instrumento analítico.

O problema de pesquisa é: De que forma o Estado participou da expansão da fronteira durante o governo Vargas entre 1930-1945? O trabalho está dividido em 3 partes, sendo que a primeira parte narra o histórico da marcha para o Oeste, como este projeto político floresceu na década de 1930. No segundo tópico são tratadas as narrativas públicas que fundamentaram a Marcha para o Oeste, e assim a progressão das fronteiras demográfica e econômica para o *hinterland* brasileiro, localizado no Brasil

Central. A terceira parte do trabalho, trata sobre as consequências do projeto político de expansão de fronteiras, no período de 1930-1945, como a instalação das Colônias Agrícolas Nacionais e a construção de Goiânia.

2. Metodologia

Para realização do trabalho, foi efetuada revisão bibliográfica, sendo feita a busca em livros, artigos científicos, dissertações e teses que tratavam do assunto de como o Estado participou da expansão das fronteiras durante o período da Era Vargas, na região do Brasil Central.

Para tanto foram selecionados livros, artigos, teses e dissertações que contemplavam as palavras chave: marcha para o Oeste, Colônias Agrícolas Nacionais, Construção de Goiânia. A principal base de dados utilizada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, além do banco de dados da Scielo e o Portal de Periódicos Capes.

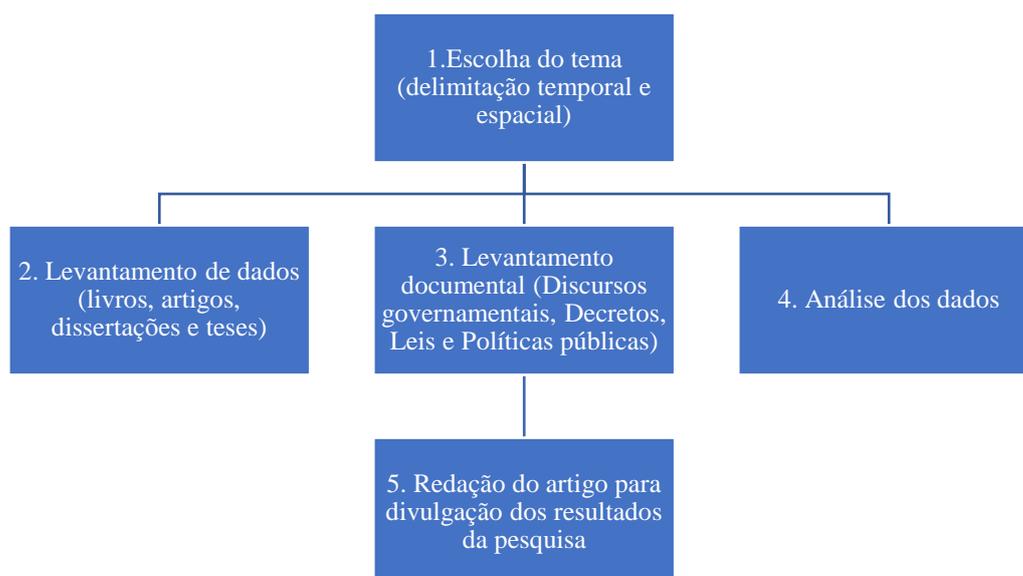
Quanto à pesquisa documental, foram analisados discursos, decretos, políticas, e outros documentos que exemplificam o papel do Estado na política de expansão da fronteira para o Brasil Central entre 1930-1945.

Quanto aos documentos consultados no site do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), foram seguidos os seguintes passos para conseguir os resultados apresentados: 1) Entrar no site do CPDOC: <https://cpdoc.fgv.br/> > Acervo > Acesso > Consulta à base > Clique aqui > Arquivo > Getúlio Vargas; 2) inserir no campo de busca os seguintes termos: “Marcha para o Oeste”.

Ao realizar esses passos foram encontradas 18 ocorrências para a busca nos 7 acervos (Confidencial, Documentos complementares, Miscelânea, Remessa suplementar, Remessa suplementar 2, Campanha eleitoral, Getúlio Vargas) no total de 9.113 páginas. Das 18 ocorrências, 16 aconteceram nos arquivos do acervo “campanha eleitoral”, 1 no acervo “Confidencial” e 1 no acervo “Remessa Suplementar”. Posteriormente, foram lidas todas as ocorrências e analisadas para uso no artigo.

Sinteticamente o trabalho seguiu as seguintes fases:

Figura 1: Fases da pesquisa.



Fonte: Autores.

3. Discussão

3.1 Breve histórico do projeto político de marcha para o Oeste

A marcha para o Oeste consistiu em um projeto político brasileiro, lançado em 1938, formulado e implementado durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Apresentava como objetivo o preenchimento populacional do território do Brasil Central, com vistas à integração desses espaços ao restante do território brasileiro, através da exploração econômica destes ambientes.

Ressalte-se que por “Brasil Central” se entendia à época da década de 1930 muito mais do que hoje é entendido como Centro Oeste: “como se percebe pelo roteiro traçado pela Roncador-Xingu, pois o centro do país parecia começar em Uberlândia e ir até a fronteira da região amazônica central, estendendo-se pelo Oeste dos estados do Mato Grosso e do Paraná” (Maia, 2010, p.632).

Dayrell (1974) ressalta que dois eventos internacionais específicos cooperaram para a criação deste projeto nacional entre 1930-1940, sendo eles: a crise financeira de 1929, e a tensão pré Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em relação à crise financeira de 1929, o Brasil foi afetado especialmente em relação aos preços do café, que abaixaram bruscamente e assim contribuíram para a instabilidade econômica do país, pois o Brasil tinha nesse momento como principal fonte de renda a exportação cafeeira (Furtado, 2007).

Somado a este efeito da baixa dos preços do café derivado da crise financeira de 1929, estava o empecilho do endividamento público do Brasil, pois desde 1923, o país estava a emitir moeda sem lastro, acrescentado a isso, estava o problema de que para manter a estrutura da máquina pública, fazia empréstimos no exterior desde a proclamação da República em 1889. Segundo Fausto (2019) esses empréstimos constantes eram realizados para financiar projetos de infraestrutura, cobrir a dívida crescente internacional, manutenção do Estado, e mais importante para esta análise, a valorização do café.

Desde 1906, através de um acordo chamado de Convênio de Taubaté, o país vinha intervindo na economia nacional para proporcionar aos cafeicultores a segurança na produção do bem; no qual o governo deveria comprar com dinheiro advindo de empréstimos, as safras abundantes, estocar e posteriormente vender no exterior quando fosse oportuno. Tal política possibilitou que a produção cafeeira tivesse um crescimento de 5,9% entre 1920-1935, pois os prejuízos advindos da produção não alcançavam diretamente os produtores, mas o próprio Estado que se colocava como escudo destes (Ricci, 2008).

Entretanto, o fomento de uma política tão protecionista gerou um déficit nas contas públicas, que somado a crise financeira mundial de 1929, criou um cenário de instabilidade cambial que fez com que o presidente Washington Luís (1926-1930) se empenhasse durante seu governo por criar mecanismos que ajudassem na estabilização da moeda nacional:

Surgiu então o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal. Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise de 1929, por meio da concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou (Fausto, 2019, p.274).

O descontentamento do setor cafeeiro, juntamente com outros setores sociais, contribuiu para o acontecimento da Revolução de 1930. A Aliança Liberal ao assumir o poder, trouxe consigo o desafio de atender outras camadas da sociedade que não fossem específicas aos interesses dos cafeicultores. Contudo, tão logo assumiu a presidência da República, através da Revolução de 1930, Vargas (1930-1945) propôs medidas políticas e econômicas que visavam a proteção dos produtores de café quanto aos efeitos da crise de 1929. No entanto, conforme Furtado (2007) essa decisão por queimar as sacas de café, protegendo os cafeicultores do prejuízo, levou em conta todo o contexto da economia nacional, e não apenas o grupo específico produtor de café.

A atitude do governo Vargas (1930) de fomentar a economia através de medidas intervencionistas, fazia parte do plano de gestão apresentado no seu discurso de posse em 1930, pois nesta fala é possível perceber a escolha política de se expandir as fronteiras produtivas e diversificar o rol de produtos exportados, como uma das formas de desenvolver o país: “Como vedes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode ainda alargar-se em mais de um sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1930, p. 20). Tal fala do presidente aponta para o projeto de marcha para o Oeste que viria a ser implementado como política pública a partir de 1938.

Ademais, além da crise de 1929, Dayrell (1974) identifica como fator influenciador do projeto de marcha para o Oeste, a ameaça da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que pairava sobre o panorama global, e que no Brasil contribuiu para a preocupação do preenchimento dos espaços nacionais considerados vagos, não por ausência de vidas humanas e outras (Barbosa, 1995), porém, por não estarem inclusos nos quadros da economia nacional.

Desta forma o projeto de marcha para o Oeste contemplava a preocupação com a dominação territorial através da migração populacional com o sentido de ocupar e produzir. Dayrell (1974) ressalta que para cumprir essa missão, o projeto precisava ser executado majoritariamente por nacionais que se dedicariam ao chamado da brasilidade, num propósito neobandeirante, de plantar no sertão a civilização e o sentimento de brasilidade, que fosse suficiente para interligar todos os espaços nacionais em torno do governo federal, favorecendo a centralização do poder político e das decisões públicas.

Embora em 1930 tenha se dado início a esse projeto varguista de incentivar outros produtos nacionais, que não apenas o café, apenas com o Estado Novo (1937) foi possível perceber um maior desdobramento sobre essas questões por parte do governo. Conforme Oliveira et al (1982) o Estado Novo (1937) foi o momento mais centralizador da política varguista, e essa característica possibilitou a criação de um ambiente hábil para a execução dos projetos pregados durante a Revolução de 1930, o que pode ser observado no trecho a seguir do discurso do presidente Vargas:

1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico; 3) difusão intensiva do ensino público; 4) instituição de um Conselho Consultivo [...] 5) nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; 6) remodelação do Exército e da Armada [...] 7) reforma do sistema eleitoral [...] 8) reorganização do aparelho judiciário [...] 9) feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, afim de procederem á revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades, públicas e individuais, e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central; 10) consolidação das normas administrativas [...] 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais; **12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional [...] 15) instituir o Ministério do Trabalho [...] 16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade; 17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, afim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.** (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1930, p. 20- destaque nosso)

Dentre os objetivos propostos no discurso de Vargas em 1930, estava a ideia de expansão das fronteiras nacionais através da criação de infraestrutura e do incentivo às pequenas propriedades rurais laboradas pelos próprios nacionais; incentivando a policultura, como narrados nos objetivos 12,13,14, 16 e 17 especificamente; todas estas metas encontram respaldo na proposta de marcha para o Oeste lançada em 1938, e que: “tratava da concreta ocupação do Brasil Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional” (Pádua, 2007, p.626).

Desta maneira, foi criada uma narrativa pública em volta deste objetivo de promoção da marcha para o Oeste; através da criação de símbolos que tratavam o Oeste como um campo aberto de possibilidades. Jornais, programas de rádio e revistas da época se mobilizaram em prol da proposta do governo de propagar o ideal da marcha para o Oeste como um projeto de nação (Silva, 2017).

3.2 Narrativas sobre a marcha para o Oeste

Quando se fala em marcha para o Oeste no Brasil durante o período do Estado Novo é importante perceber que além do programa político material, estava inserido no projeto governamental, um programa político imaterial que se serviu de discursos e narrativas que propagavam o ideal da marcha para o Oeste como algo salvífico, que tinha o propósito de redenção do *hinterland* brasileiro.

Tal redenção seria feita por indivíduos que se comprometessem com a proposta de servir ao chamado da pátria, em levar a civilização adiante para estes espaços considerados inabitados, e ao mesmo tempo, promissores; que guardavam em seu interior a possibilidade de desenvolvimento individual e nacional; para tanto foi construída uma rede de símbolos que definiam os caracteres da marcha para o Oeste (Silva, 2017).

Segundo Bourdieu (2019, p.20): “as palavras são dotadas de significado social”, e assim, “toda linguagem reflete o produto do compromisso com as censuras, interiores e exteriores, exerce um efeito de imposição.” Desta maneira, o governo de Vargas (1930-1945) utilizou de métodos narrativos para fomentar a marcha para o Oeste, dentre os quais se destacam a Revista Cultura Política que estava vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a fim de incentivar culturalmente a progressão deste programa governamental.

Jornais locais também estavam empenhados em contribuir para a divulgação dos ideais da marcha para o Oeste, exemplo disto está na Figura 1 que mostra o tipo de discurso que era utilizado, favorecendo a expectativa dos indivíduos de obterem terra para produzirem e melhorarem sua condição de vida.

Figura 2: Recorte de jornal O Popular.



Fonte: Jornal O Popular (1940).

O mapa registrado no jornal O Popular (1940) mostra o percurso que deveria ser transcorrido pela marcha para o Oeste, apresentando a primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás, na região de Ceres e a expedição Roncador-Xingu (O Popular, 2021). Além do jornal O Popular lançado em 1938 e vigente até os dias atuais, em Goiás foi criada a Revista Oeste (1942-1944) que através de contos, poemas, artigos, falava sobre as paisagens do Brasil Central, e sobre a nova capital do estado de Goiás. Segundo Arrais (2016) a revista foi usada para divulgar ideias favoráveis à nova capital Goiânia, apresentando a marcha para o Oeste como uma solução para os problemas advindos do regionalismo, ao apontar para o esmero do governo federal em integrar o Brasil Central ao restante da nação.

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) criado em 1939, órgão responsável por fazer propagandas do governo federal atuou na promoção dos ideais propulsores da marcha para o Oeste, através da Revista Cultura Política que esteve em circulação entre 1941-1945: “Entre seus colaboradores estavam os próprios ideólogos do regime: além de Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré” (Cpdoc, 2021).

Dentre os 5 anos de publicação da Revista Cultura Política, foram divulgadas 51 edições, dentre estas, foram encontradas exatamente 103 citações referentes ao termo chave: “marcha para o oeste”, conforme ilustra a Tabela abaixo:

Tabela 1: Citações do termo chave “marcha para o oeste” nas edições da Revista Cultura Política.

1941		1942		1943		1944		1945	
Nº	Citações	Nº	Citações	Nº	Citações	Nº	Citações	Nº	Citações
1	4	11	2	23	0	36	0	48	1
2	1	12	3	24	0	37	7	49	0
3	1	13	4	25	0	38	0	50	0
4	0	14	0	26	0	39	1	51	1
5	1	15	0	27	7	40	0		
6	5	16	5	28	0	41	0		
7	2	17	2	29	1	42	0		
8	19	18	1	30	1	43	3		
9	3	19	4	31	2	44	4		
10	3	20	1	32	0	45	0		
		21	7	33	0	46	2		
		22	0	34	0	47	0		
				35	5				
39		29		16		17		2	
TOTAL: 103									

Fonte: Autores.

Esta análise das citações ilustra o quanto o termo “marcha para o oeste” esteve presente nas 51 edições da Revista Cultura Política, entre 1941-1945. Vários autores fizeram menção ao termo nos seus artigos, crônicas e discursos, contribuindo para a sedimentação da ideia de que “o sentido da brasilidade está na marcha para o Oeste” (Ricardo, 1941, p. 111).

Segundo Péricles Carvalho, responsável pela Política imigratória do Estado Nacional, durante o governo Vargas (1942):

A Marcha para o Oeste, é uma dessas concepções e tarefas nacionais que deve ser divulgada, do modo mais claro possível, até entre a infância escolar, em todos os Estados do Brasil. O que é a Marcha para o Oeste, a sua história do tempo dos bandeirantes e vaqueiros, porque ela se faz agora sob novos signos, o que ela significa para o futuro do Brasil, como está se processando, quais os elementos principais postos em movimento e medidas tomadas, quais os resultados obtidos agora, quais os resultados que precisamos obter e em que espaço de tempo presumível, para garantir a unidade e integridade nacional e criar maiores riquezas — são algumas concepções que os cidadãos civis e militares do Brasil precisam conhecer, para poderem participar na consolidação econômica e política da pátria, dentro do seu espaço geográfico (Carvalho, 1942, p. 49).

E repetidas vezes os textos que abordam a marcha para o Oeste na Revista Cultura Política, são dotados de elogios ao presidente Vargas, que teve “a visão extraordinária” (Fusco, 1941, p. 93), de pensar esse programa político; ou conforme Carvalho (1941, p.16) aquele que: “despertou a nação pelo toque de progresso nacional e se dispôs a enfrentar o maior dos problemas brasileiros”.

O Estado Novo também exaltado como o momento em que o Brasil alargaria suas fronteiras e expandiria suas capacidades produtivas: “o Estado Novo será a conjugação necessária de duas verdades irreconciliáveis: a posição do Brasil em face do mundo moderno e o retorno do Brasil às suas fontes históricas, étnicas, econômicas e políticas” (Ricardo, 1941, p. 111).

Nesse sentido, tanto os símbolos, quanto os discursos de Vargas exploraram a noção de brasilidade, para fomentar a marcha para o Oeste. Pereira (1997) explica que o Estado Novo foi um momento da política nacional em que a exaltação pelo tradicionalismo aconteceu de forma muito latente, repelindo os modelos estrangeiros, favorecendo em contraste, o nacionalismo.

Exemplo disto é a afirmação encontrada na Revista Cultura Política: “O Estado Novo não é cópia de nenhum figurino constitucional importado, é o reencontro do Brasil consigo mesmo” (Ricardo, 1941, p. 111). Para tanto, a marcha para o Oeste serviu como um mecanismo de interligação dos territórios nacionais em prol da construção mítica de um uniforme território brasileiro, onde todos estariam envolvidos nesse projeto de nação, ligados pela brasilidade e pelo bandeirismo.

O bandeirismo foi um movimento segundo Moog (1985) que foi diverso em sua experiência, se comparar espaços geográficos diferentes, pois cada espaço constituiu um tipo de bandeirismo, em decorrência das diferenças ambientais, culturais e religiosas dos que o vivenciaram no tempo analisado. Desta maneira, o bandeirismo no Brasil teve seus momentos e peculiaridades distintas se analisado cada espaço de forma isolada dentro do país, tendo em vista as diferenças geográficas e culturais que modelam o cenário.

Contudo, é possível perceber que de maneira geral o bandeirismo se constituiu de duas agências principais, sendo elas, a dos pioneiros e dos bandeirantes, os primeiros são aqueles que se propõem a adentrar os sertões, e através das relações de trabalho modificar o ambiente, e os bandeirantes segundo Moog (1985) são os que semelhantemente aos pioneiros desejam alterar a dinâmica territorial que adentram, mas com o acréscimo de que levam consigo o poder simbólico da civilização.

Este pensamento do bandeirante como herói que leva para dentro do sertão, a civilização é o que prevaleceu durante o Estado Novo nas páginas da Revista Cultura Política, Ricardo (1941) afirma que o sentido do Estado Novo era o bandeirismo:

Não haverá mesmo surpresa em se dizer que o Estado Novo é várias vezes bandeirante. Bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa de nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; no espírito unitário, um tanto antifederalista; na soma de autoridade conferida ao chefe nacional; na "marcha para o oeste" que é também sinônimo do nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é, no seu conceito "dinâmico" de Estado (Ricardo, 1941, p. 132).

Além disso, Ricardo (1941) também afirma que o isolamento do Brasil Central seria superado através do bandeirismo; e esse bandeirante designado pelo Estado Novo, deveria percorrer seu caminho geográfico e ao mesmo tempo simbólico, pois: “Por certo que os mitos é que instigam a bandeira, mais do que outra força qualquer. Mitos à frente, santos atrás, e a bandeira irrompe sertão a dentro” (Ricardo, 1941, p. 120).

No discurso em Cuiabá proferido em 1941, o presidente Vargas afirmou que:

“Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1941, p. 114).

Tanto o pensamento de Ricardo (1941) quanto os discursos de Vargas (1941) exaltavam o espírito bandeirante como aquele que cumpriria os ideais da marcha para o Oeste, transformando os territórios do *hinterland* brasileiro em civilizados, como parte do todo.

Esse aspecto de exaltação da vida bandeirante ao ponto de reutilizá-lo durante o programa de marcha para o Oeste, segundo Moog (1985, p. 173) reproduz uma imagem do bandeirante como o modelo brasileiro a ser seguido, segundo ele a “marca da bandeira” carregada de ideologias, concepções e estilos de vida levados adiante pelo bandeirante, contribuíram para a construção simbólica de uma imagem idealizada do bandeirante como herói, que remonta aos tempos em que os portugueses imigraram para o Brasil e nesse período os bandeirantes seguiram pelo interior do país em busca do ouro.

Ainda que tenha sido uma migração extrativista e predatória, segundo Moog (1985) o Estado Novo adaptou este conceito de bandeirante para pregar uma imagem positiva sobre os novos bandeirantes que dariam continuação ao projeto de expansão de fronteiras nacionais, não mais do ouro somente, mas vinculadas especialmente à exploração econômica dos ambientes rurais, através das colônias agrícolas.

Os bandeirantes seriam guiados pela brasilidade, que nesse contexto diz respeito ao sentimento criado através de símbolos e narrativas políticas, que conferem ao indivíduo a sensação de poder ser parte responsável pela construção de um ideal maior do que sua própria jornada, sendo este, a dominação do Oeste, através do trabalho. Conforme Oliveira (1998, p.196): “trata-se de um discurso de integração através da conquista”, ou seja, o discurso de domesticação do Oeste, coloca sobre o sertão o aspecto de um lugar a ser descoberto, e nesse sentido, descoberto pelos novos bandeirantes, que acumulam as funções de fundadores do Oeste e ao mesmo tempo de vítimas do sertão indomado.

O sertão nesse contexto pode ser abordado não apenas como destino final da marcha para o Oeste, mas como categoria de análise histórica, pois foi utilizado para formular e moldar o discurso da marcha para o Oeste, o mito do Oeste cresceu sob o sertão. Amado (1995) afirma que a categoria de sertão foi utilizada com ênfase em dois momentos muito característicos da história brasileira, o primeiro foi na análise do Brasil como colônia portuguesa, quando o sertão era usado para descrever um lugar desconhecido e inóspito; e o segundo momento, foi no século XIX, pós Revolução de 1930, quando o país passou a ser apresentado como uma nação e foi mostrada por parte dos representantes do Estado a preocupação por conhecer os espaços não conhecidos até então. Dessa maneira, o sertão surge como categoria de um espaço mítico e cheio de possibilidades. A diferença entre as duas análises está que na primeira, o sertão é tido como algo hostil e na segunda é apresentado como promissor.

Nesse sentido: “o espaço não é apenas representação ou símbolo de algo, mas uma verdadeira forma de cognição, um modo de conhecimento que é central na nossa imaginação” (Maia, 2007), sendo assim, o sertão passa a ser percebido como *hinterland* nos discursos de marcha para o Oeste, um território hábil para a construção de mitos e personagens que fizessem parte da imaginação social da época, a fim de criar meios de se atingir o objetivo de povoamento e exploração econômica das áreas.

Nessa construção mítica do Oeste, Oliveira (1998) aponta que há 3 formas de conceber o sertão, sendo que a primeira o trata como sinônimo de paraíso, e por isso a propaganda é tão relevante nesse estudo, porque é através dela que o Oeste foi sendo talhado como um novo Eldorado, um espaço fértil para receber os colonos que se dispusessem a laborar na terra e construir um projeto de abrangência nacional; o segundo modo de encarar o sertão para Oliveira (1998) é totalmente antagônico ao primeiro, pois é o olhar para o sertão como um inferno, um lugar afastado, inóspito, onde a civilização ainda não chegou; e o terceiro modo de abordar o sertão seria o comparar ao purgatório, um lugar que fica entre os dois extremos, o sertão, ou o Oeste, como o lugar do equilíbrio, onde é possível alcançar o paraíso, mas primeiramente, é necessário lidar com as amarguras do ambiente inóspito e não polido pelas mãos do humano colonizador.

A partir dessa concepção do Oeste como sertão, e partindo do pressuposto que o sertão se trata de um lugar desconhecido (Amado, 1995), e ao mesmo tempo é um lugar que acolhe os olhares diversos do imaginário humano, como paraíso, inferno ou

purgatório (Oliveira, 1998), a marcha para o Oeste foi um chamado do governo federal para os bandeirantes em potencial, que pudessem alinhar o tempo do sertão ao restante do país.

Para tanto a marcha para o Oeste tinha como meio de agir a criação de infraestrutura que possibilitasse a interligação desses espaços considerados vazios ao restante do país, com a construção de estradas e ferrovias. Para Borges (1990) o processo de construção de ferrovias no Centro Oeste se intensificou na década de 30 motivado pela modernização da produção, fruto da política da marcha para o Oeste.

A marcha para o Oeste então se caracteriza como um instrumento político de fomento da expansão da fronteira demográfica e econômica no território do Brasil Central especificamente; pois foi utilizada no governo Vargas (1930-1945) como parte de um projeto de colonização. Conforme podemos ver em um fragmento do discurso do presidente Vargas proclamado no Rio Amazonas em 1942: “Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1942, p. 230).

Nesse mesmo discurso, o presidente afirma que “o grande inimigo do progresso é o espaço imenso e despovoado” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1942, p. 260); ressaltando o quanto a marcha para o Oeste tinha o caráter redentor desses espaços considerados despovoados e improdutivos sem o trabalho humano aplicado. Vargas ainda faz o seguinte apelo ao povo brasileiro: “Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os destinos da Nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da Pátria” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1942, p.262). Apresentando desta maneira o quanto o envolvimento do povo brasileiro no comando à marcha para o Oeste seria equivalente ao próprio sentimento de ser brasileiro, e assim cooperar para o engrandecimento da nação.

A região do Brasil Central era descrita nos discursos do presidente Vargas como um espaço despovoado, categorizada como sertão, e este, quando não integrado ao modo de produção capitalista é descrito como desconhecido, ou como “inimigo” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1942). Mas quando já inserido no discurso como objeto propício ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, é descrito como “remédio” para a Nação (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1950). Desta forma as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares.

“O valor de cada local depende dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam” (Santos, 1982, p.14). Ou seja, o espaço destinado para a marcha para o Oeste, foi definido conforme a possibilidade de sua integração ao modelo de produção capitalista, um exemplo de como o governo Vargas utilizou uma narrativa pública constituída de elementos simbólicos para endossar o projeto de ocupação do território, “não era mais uma questão de marcha *para oeste*, mas também de marcha *para o oeste*” (Velho, 2009, p. 138). O oeste segundo Velho (2009) era esse lugar mítico criado durante o Estado Novo, para fomentar o projeto nacional de ocupação e dominação do território.

Nesse contexto, a marcha para o Oeste foi um instrumento político para alinhar as temporalidades regionais, pois, conforme Ricardo (1941, p. 125): “a gênese do Estado brasileiro se explica, antes de mais nada, justamente pela ausência de sincretismo entre as autoridades locais e as gerais”, ou seja, no desencontro das localidades que se expressam na desigualdade do desenvolvimento territorial. O Estado Novo se propôs a enfrentar esse desafio através da marcha para o Oeste, a fim de unificar o tempo nacional no que concerne à produção econômica e ao ideal do progresso desenvolvimentista, ou seja, foi uma política pública para transformação do modo de produção no Brasil Central (Maia, 2010), e também foi usada como propaganda política em muitas ocasiões por Vargas (1930-1945). Em um exemplo evidente deste artifício, cita-se parte de um discurso proferido por Vargas em 1950 em Goiás:

A marcha para o Oeste ao tempo do meu governo, não foi como querem alguns, simples frase de efeito, porque traduziu-se em atos legais e empreendimentos de vulto, que encontram na vossa tenacidade e no vosso infatigável trabalho amplo

concretização, transformando-se em realidades que marcam um período da política nacional, em que o Brasil se debruçou sobre seus problemas fundamentais e caminhou para a reconquista de si mesmo. (Brasil, Presidente Getúlio Vargas 1950, p.18)

Em outro momento, em um discurso proferido em São Paulo em 1950, Vargas afirmou que: “o verdadeiro sentido da brasilidade está na marcha para o Oeste” e ainda, que a marcha para o Oeste “significa povoamento, remédio para o desencontro em que vivem o litoral e o sertão, e proteção ao trabalhador do campo, tão esquecido quanto necessitado de assistência por parte do poder público” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1950, p.33). Essa dualidade entre litoral e sertão representada no contraste de desenvolvimento das duas situações locais, é ressaltada em outros textos presentes na Revista Cultura Política, exemplo disto: “O planalto continua a existir. O litoral continua a ser a antítese do oeste. Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que novamente caminha para oeste, realizando o seu imperialismo interno, palmo a palmo” (Ricardo, 1941, p.128).

Essa disposição geográfica que separa o sertão do litoral era mais complexa do que somente a localização, mas refere-se também à utilização da categoria de análise espacial “*hinterland*” que vai além do que a tradução para o português consegue abordar, pois se traduzida esta palavra, seria equivalente ao conceito de interior. No entanto, ao utilizarem essa definição os analistas da marcha para o Oeste no tempo da Revista Cultura Política, estavam se referindo a uma ideia mais abrangente do que “interior”, a qual não se traduziu em português, e por isso neste trabalho se replica o “*hinterland*”.

Ricardo (1941) identifica que o sertão é a antítese do litoral, e que a marcha para o Oeste é um meio de se aproximar os dois pontos antagônicos no território, para ele: “é claro que os caminhos dos pioneiros terão sempre que ser retomados para que a sociedade se desloque dos seus pontos de fixação litorânea para o *hinterland* que a espera, rico e deserto” (Ricardo, 1941, p. 129). Nesse sentido o Brasil Central é descrito como território rico e ao mesmo tempo deserto, próspero e ao mesmo tempo desafiador, para o qual os bandeirantes deveriam se movimentar a fim de dominar a natureza e construir os alicerces da civilização.

Carvalho (1941, p. 19) afirma que: “a difusão do ensino e as leis de nacionalização, marcham na esfera educacional uma fase altamente patriótica que o governo, através do Ministério da Educação, lança na enorme área territorial para fixar e desenvolver os centros incultos do *hinterland*” colocando o conceito de *hinterland* como um território inculto, além de isolado e desconhecido, para haver o adentramento nas zonas pertencentes ao *hinterland*, era necessário o trabalho do governo e dos bandeirantes, do primeiro com infraestrutura e dos segundos, com a bravura heroica para desbravar o sertão e transformá-lo em civilizado.

Em discurso de Vargas proferido em Goiânia em 1940, o presidente afirmou:

O Governo Nacional, no propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado, continuará a prestar-vos amplo auxílio, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das comunicações e transportes ferroviários, fluviais e aéreos (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1940, p. 23).

Demonstrando que o programa de marcha para o Oeste contava com a projeção de criar infraestrutura para interligar o Brasil Central ao restante do país. Pois conforme Campos (2003), o isolamento que se encontrava a região Centro- Oeste do país especificamente, era devida à ausência de estradas e infraestrutura que possibilitasse a ligação com os outros estados nacionais, assim caracterizando uma espécie de “autonomia negativa” que segundo ele, diz respeito à uma situação periférica mantida de maneira proposital pelos governantes locais. Isso teria sido quebrado a partir de 1930 quando Vargas assumiu o poder federal e criou mecanismos de incentivar a migração para o Brasil Central e assim fomentou o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação, que contribuíram para a ruptura dessa autonomia negativa, o que gerou a inclusão desses territórios dominados exclusivamente pelas elites regionais, através do forte caráter da política coronelista, nos planos nacionais, descentralizando o poder político do local para o federal, especialmente durante o Estado Novo (Dias et al, 2021).

4. Resultados

4.1 Consequências socioambientais da expansão das fronteiras entre 1930-1945

A expansão das fronteiras no contexto da marcha para o Oeste se caracteriza por: “mudanças nos modos de produção, mecanismos de acumulação e a expropriação de excedentes por atores particulares, juntamente com intervenções políticas e ideológicas associadas, promovidas pelo Estado” (Kroger & Nygren, 2020, p.365). No caso do Brasil Central, houve a intervenção estatal para que houvesse uma transformação dos modos de produção, através de modificações no espaço como a construção de Goiânia e a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais.

No contexto de incentivo à marcha para o Oeste, a natureza foi retratada como inimiga, como um impasse a ser superado pelo progresso, que viria a ser aplicado no território através do movimento de adentramento e dominação do sertão pela expansão das fronteiras demográfica e econômica. Exemplo disto é trecho do relatório do Panorama da atividade governamental, publicado na revista Cultura Política em 1941:

Solitários em postos longínquos do Amazonas, de Goiás ou do Pará, não perdem com isso um só instante a consciência da Pátria; ao contrário, essa consciência mais se robustece e se aprofunda diante das vastidões magníficas, onde a natureza entontece e assombra. Por toda a imensidade, dominada por um verde luxuriante, é o desdobramento interminável do torrão nativo, o berço do Brasil futuro, que a sã política do Estado Novo está construindo. A voz da Marcha para Oeste é uma voz de heroísmo — **um grito de guerra contra as forças hostis da natureza.** (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1941, p. 223, **grifo nosso**)

Outro exemplo é a fala de José Bittencourt, secretário do departamento estadual de imprensa do estado de Goiás, durante o governo Vargas (1943): “A marcha para o Oeste, a expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, é o cultivo do solo, é a civilização penetrando os sertões, é o homem dominando a natureza” (Bittencourt, 1943, p.34). Dessa forma, os bandeirantes eram convocados a vencer a natureza, o atraso que ela simbolizava, a substituindo pelos símbolos do progresso.

Dessa maneira uma das principais consequências da expansão da fronteira demográfica e econômica no Brasil Central durante o governo de Vargas (1930-1945) foi a modificação do meio ambiente que abrigava o território alvo desse adestramento civilizatório proposto pela marcha para o Oeste, através do discurso da natureza como inimiga do progresso.

Ademais, outro fator observado na política governamental de Vargas (1930-1945) para a expansão das fronteiras no território do Brasil Central é a construção de um núcleo social de consumidores, que pudessem consumir a produção industrial que o país estava fomentando. Conforme Silva (2016, p.28): “a expansão da fronteira econômica do país e a formação de um mercado nacional estavam articulados com a necessidade do capital: a industrialização, aumentar a indústria do consumo atendia aos interesses do Estado e da iniciativa privada”. Ou seja, no pacote de expansão territorial nacional estava incluso o projeto da industrialização brasileira.

A marcha para o Oeste teve como um dos mecanismos a distribuição de pequenas porções de terra aos colonos que se dispusessem a migrar para as regiões apresentadas, e assim, a construção das Colônias Agrícolas Nacionais seria um instrumento de adestramento do território indomado e fonte de produção e consumidores. Nesse sentido:

sob uma análise mais crítica, percebemos o esboço da política de colonização do Estado Novo: desestruturar o latifúndio de forma sutil, apoiar a pequena propriedade de modo que ela, lentamente, consumisse a velha ordem latifundiária e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia, forçando, assim, a transformação agrária através de dispositivos peculiarmente orientados para tal finalidade (Oliveira, 1997, p. 19)

Um dos mecanismos de transformação agrária colocado por Oliveira (1997) foi a construção das Colônias Agrícolas Nacionais, que possibilitaram a minimização dos problemas urbanos da época, tais como o desemprego e o inchaço populacional

das cidades. Segundo Silva (2016) ao incentivar a migração para as regiões das Colônias Agrícolas Nacionais, o governo sanaria os problemas dos vazios demográficos e ao mesmo tempo beneficiaria os centros urbanos.

Para tanto, foi criado através do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 o Conselho de Imigração e Colonização que tinha como objetivo organizar todos os assuntos relativos à imigração de estrangeiros para o território nacional e ainda sistematizar a colonização. Como princípios gerais do Conselho de Imigração e Colonização estava o interesse do governo federal em coordenar as imigrações para o Brasil e remanejar esses imigrantes para as regiões de colonização: “a seleção de imigrantes deveria ser feita de modo a admitir basicamente trabalhadores rurais, técnicos e operários classificados, e a distribuição dos vários grupos de imigrantes deveria ser orientada pelo governo (Abreu, 1940)”.

Além do CIC (Conselho de Imigração e Colonização) foram criados o Serviço Geográfico e Histórico do Exército em 1932, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1934 (Silva, 2017), todos estes órgãos formados com o propósito de contribuir no conhecimento do território e planejamento da colonização.

Através do Decreto 3.059 de 1941 foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais; nele dispunha que as regiões para a fundação das colônias seriam escolhidas em decorrência de características naturais da paisagem, tais como a existência de fluxos d’água que possibilitassem a produção de energia hidrelétrica, e também irrigação das plantações. Além disto, o Decreto 3.059/41 estabeleceu que tanto o plano geral, quanto o orçamento relativo às colônias deveria ser submetido à aprovação do presidente da República, demonstrando a concentração das decisões relativas à colonização no poder federal.

Ainda continha a previsão de ensino para os colonos e seus filhos; regulamentação ambiental, pois as áreas de florestas deveriam ser preservadas no percentual de 25% pelo menos; o acesso gratuito à terra, que era dividida em formato de lotes que variavam entre 20 e 50 hectares; bem como distribuição gratuita do material que fosse usado para cultivo; além do salário, assistência médica e previsão de empréstimo para compra de equipamentos que fossem usados na colônia (Brasil, 1941).

Ainda em 1941, foi editado o Decreto 6882/41 que tratava sobre a criação da primeira colônia agrícola nacional, no território do estado de Goiás, na região atual do município de Ceres:

Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiaz, no Município de Goiaz, Estado de Goiaz, em terras doadas à União pelo Governo do mesmo Estado, pelo decreto-lei estadual n. 3.704, de 4 de novembro de 1940. Parágrafo único: As terras da Colônia referida no artigo ficam compreendidas dentro dos seguintes limites: rio das Almas, São Patrício, Carretão, divisor de águas dos rios Areias e Ponte Alta, rio Verde até a confluência com o rio das Almas. (Brasil, 1941)

A existência do Rio das Almas foi fundamental para a escolha da região, devido aos critérios que estabeleceu o Decreto 3.059/41, da necessidade do fluxo de águas para exploração de energia e irrigação para as atividades agrícolas. Conforme Silva (2017) além da construção de estradas, a criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) acarretou efeitos com o desflorestamento da vegetação nativa, migração de colonos, e ainda, uma peculiaridade desta colônia foi o fato de que muitos migrantes que vieram movidos pelas propagandas governamentais sobre a marcha para o Oeste não encontraram lugar para se instalar na região de Ceres, e acabaram se fixando na outra margem do Rio das Almas, dando origem ao atual município de Rialma. Essa região na época era conhecida como o território da Barranca, contudo, apesar dos grupos sociais que migravam para a região serem parecidos, juntamente com as características ambientais da região; os dois lugares: a CANG e a Barranca se constituíram diferentes entre si com certa rivalidade entre os moradores.

Segundo Silva (2017, p. 214): “os moradores da Colônia reforçavam seus ataques à Barranca, na tentativa explícita de impor uma imagem de superioridade, e assim, evidenciar os traços culturais que os distinguiam por meio da negação do outro.” Nesse sentido, percebe-se que a expansão da fronteira agrícola atinge os modos de vivência, influenciando as construções de coletividade, distinguidas entre “nós e os outros”, mesmo dentro de um mesmo território. (Martins, 2018)

Esta diferença constituinte do agrupamento do “nós” e dos “outros” exemplificado na situação da CANG e da Barranca, remete ao que Martins (2018) chama de “situação de fronteira” pois ao estabelecer o conflito entre as duas categorias de vivência da CANG e da Barranca, pode-se perceber que os colonos da CANG se julgavam os civilizados e os da Barranca por não estarem contemplados dentro do território da CANG, eram discriminados, considerados como a antítese do que os moradores da CANG eram ou julgavam ser.

Um desencontro temporal em decorrência do projeto histórico da marcha para o Oeste, ou seja: “mais do que o conflito entre grupos sociais com interesses conflitivos, a situação de fronteira agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (Martins, 2018, p. 154).” No caso da CANG e da Barranca, a historicidade desencontrada estava intrínseca ao participar do projeto de instalação da colônia nacional, e ser excluído dele.

Em 1943, através do Decreto 5.941/43 foi criada a segunda colônia agrícola nacional, na região atual do município de Dourados, no estado do Mato Grosso, numa área de aproximadamente a 300.000 (trezentos mil) hectares, que segundo Oliveira (1997) foi dividida em 6.500 lotes de terra, com tamanho de 20 a 50 hectares, e distribuídos aos colonos que migravam prioritariamente da região Nordeste do país. Contudo, embora o decreto de criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) seja de 1943, Menezes (2011, p. 8) ressalta que: “somente em 1948, durante o governo Dutra é que a colônia foi definitivamente implantada e começou a receber migrantes.”

Alguns dos efeitos da implantação da CAND, segundo Silva (2016) podem ser observados na infraestrutura da região com construção de escolas, a instalação de energia elétrica, construção de comércios, tais como mercados, farmácias, dentre outros, e principalmente a fixação dos colonos na terra, através da produção, e ainda, o aumento da renda das cidades próximas.

Ainda, como consequências socioambientais da expansão da fronteira durante o governo de Vargas entre 1930-1945, pode-se citar a construção de Goiânia em 1933. Influenciada pela política da marcha para o Oeste, a capital de Goiás foi um projeto do governo federal juntamente com o governo estadual a fim de construir uma capital que simbolizasse o discurso inovador e modernizante da marcha para o Oeste, modificando a estrutura política do estado de Goiás, retirando o poder político dos antigos e acostumados dirigentes da ordem dos coronéis. Para isso colocava a transferência da capital sob a responsabilidade do interventor escolhido por Vargas (1930), na pessoa de Pedro Ludovico Teixeira, que juntamente com o presidente estava empenhando no fomento de políticas modernizantes e construção de infraestrutura que interligasse o estado de Goiás ao restante do território nacional. (Campos, 2003)

Segundo Chaul (2009, p. 107): “Dentro da chamada Marcha para o Oeste, Goiânia seria o símbolo desse Brasil grande, do novo, do progresso, que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político econômico.” Ou seja, a construção da nova capital significou uma ruptura com a velha ordem de políticos goianos, fomentando os ideais da nova política que se estabeleceu no país com a Revolução de 30, servindo também aos propósitos da marcha para o Oeste, sendo chamada por Chaul (2009) de “a capitão do sertão”.

As transformações socioambientais no território podem ser observadas em três grandes ordens. A primeira ordem de origem ambiental que diz respeito ao desflorestamento e queimadas que foram submetidas essas áreas a fim de torna-las aptas para a produção agrícola; a segunda ordem de transformações que se sucederam no território alvo da marcha para o Oeste, é de origem social, pois as migrações e as imigrações, cooperaram para criar uma nova cultura dentro desses espaços; e a terceira grande ordem de transformações, é relativa à economia, pois os territórios tiveram seus processos produtivos alterados, através dos incentivos governamentais, empréstimos e investimentos em infraestrutura, o que gerou maiores rendimentos para as regiões através da inserção desses espaços na conjuntura da economia nacional.

5. Considerações Finais

Ainda que o Estado brasileiro não seja o único agente responsável pela expansão das fronteiras nacionais, é notável que durante o governo de Vargas entre 1930-1945, participou ativamente do fomento de políticas que produziram como efeito a expansão das fronteiras demográfica e econômica no período entre 1930-1945, na região do Brasil Central.

O projeto político que embasou a expansão das fronteiras foi a campanha de marcha para o Oeste, criada em 1938 e amplamente divulgada por veículos de informação, especialmente na Revista Cultura Política, onde intelectuais da época rezejavam os elogios ao presidente Vargas e ao propósito bandeirante de construir civilização nos vazios demográficos dentro do território nacional.

Os efeitos desta política nacional de marcha para o Oeste podem ser percebidos nitidamente na construção das CANS (Colônias Agrícolas Nacionais), e na construção da capital do estado de Goiás, Goiânia. Aspectos como desflorestamento, migração e fomento da economia através do investimento em produção agrícola, também se somam ao pacote dos efeitos socioambientais decorrentes do projeto nacional de expandir as fronteiras no *hinterland* brasileiro.

Cabe ressaltar, por fim, que esse projeto reflete uma visão específica do espaço, como “vazio”, tábula rasa para ser moldada a favor de um projeto Nacional de desenvolvimento.

Referências

- Abreu, A. A. (1940) Conselho de Imigração e Colonização. In *Revista de Imigração e colonização*. Imp. Nacional, 1940. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-de-imigracao-e-colonizacao>>
- Amado, J. (1995) Região, Sertão e Nação In *História e Região*. Estudos Históricos, 8 (15), 145-151.
- Arrais, M. E. (2016) *A marcha para o Oeste e o estado novo: a conquista dos sertões*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, DF, Brasil, <https://bdm.unb.br/handle/10483/15448>
- Barbosa, A. S. (1995) Peregrinos do Cerrado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5, 159-193 <<https://www.revistas.usp.br/revmae/issue/view/8297>>
- Bittencourt, J. (1943) O Presidente Getúlio Vargas e o caminho do ocidente. In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 3 (27), 32-36 <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>
- Borges, B. G. (1990) *O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro em Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*. Ed Cefrag
- Bourdieu, P. (2019) *Questões de sociologia*. Ed. Vozes.
- Brasil, *Decreto 3.059, 14 de fevereiro de 1941*. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>
- Brasil, *Decreto 406, de 4 de Maio de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20entrada%20de%20estrangeiros%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional.>>>
- Brasil, *Decreto 6.882 de 19 de Fevereiro de 1941*. Dispõe sobre a Criação da Colônia Agrícola de Goiás. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6882-19-fevereiro-1941-333219-publicacaooriginal-1-pe.html>>
- Brasil, *Decreto 5.941 de 28 de Outubro de 1943*. Dispõe sobre a Criação da Colônia Agrícola de Dourados. <<https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943-10-28;5941>>
- Brasil, Presidente (1930-1945: Getúlio Vargas). (1942) O Discurso do Rio Amazonas. In *Revista Brasileira de Geografia*, 4 (2), 259-262: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf>
- Brasil, Presidente (1930-1945). (1941) Discurso em Cuiabá. In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 1 (7), 113-117 <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>
- Brasil, Presidente (1951-1954: Getúlio Vargas). (1950) *Discursos proferidos no estado de São Paulo justificando sua aceitação como candidato da coligação partidária PTB-PSP e definindo como metas prioritárias de seu futuro governo a mecanização da lavoura; expansão do crédito rural; assistência técnica ao trabalhador do campo, estendendo-lhe as prerrogativas da legislação trabalhista, expansão do sistema ferroviário e incentivo à indústria metalúrgica.*: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_gv
- Brasil, Presidente (1951-1954: Getúlio Vargas). (1950) *Discurso proferido em Goiás abordando os problemas principais que afetam a economia do estado e fazendo alusão à CANG, iniciativa do seu governo anterior, como fator de integração da região*: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_gv
- Campos, (2003) *I. Coronelismo em Goiás*. Ed.Vieira

- Carvalho, P. M. (1941) A concretização da Marcha para o Oeste. In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 1 (8), 13-32, < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>
- Carvalho, P. M. (1942) *Política imigratória do Estado Nacional*. In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 2 (12), 48-56 < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>
- Chaul, N. F. (2009). Goiânia: a capital do sertão. In *Revista UFG*, ano XI, 6, 100-111. < <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48235>>
- Cpdoc- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. (1937) *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) Cultura Política*. < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>>
- Dayrell, E. G. (1974) *Colônia agrícola nacional de Goiás, Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.
- Dias, D. O. et al. (2021). O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e as implicações políticas para Goiás. *Research, Society and Development*, 10 (16), e 286101623652 < <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23652>>
- Fausto, B. (2019) *História do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Furtado, C. (2007) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed Companhia das Letras.
- Fusco, R. (1941) História e Passado :A margem do discurso pronunciado pelo Chefe do Governo em Cuiabá, In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 1 (8), 87-93 < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>
- Hennessy, A. (1978) *The Frontier in Latin American History*. Edward Arnold.
- Jornal O Popular* (1940) <<https://www.opopular.com.br/o-brasil-marcha-para-o-Oeste-1.296179>>
- Kroger, M.; Nygren, A. (2020) Shifting frontier dynamics in Latin America. In *Journal of Agrarian Change*, 20 (3), 364-386 <<http://dx.doi.org/10.1111/joac.12354>>
- Maia, J. M. E. (2010) As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. In *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 53 (3), 621-655 < <https://www.scielo.br/j/dados/a/H4VL44KwTnJj9K5qK9wDPCQ/?lang=pt>>
- Maia, J. M. E. (2007) Terras e Sertões no pensamento brasileiro: uma sociologia política na periferia. In *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, 31, 49-63 <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/519>>
- Martins, J. de S. (2018) *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Ed. Contexto
- Menezes, A. P. (2011). Colônia Agrícola Nacional de Dourados- História e Memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. In *Revista História em Reflexão*, Dourados, 5 (9), 1-16, [jhttps://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1165](https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1165)
- Moog, V. (1985) *Bandeirantes e pioneiros*. Ed. Civilização Brasileira
- Oliveira, B. C. de. (1997) A colonização do Estado Novo em Mato Grosso 1937-1945: O discurso e a história. In *Fronteiras - Rev. História UFMS*, Campo Grande, MS,1 (2), 13-25
- Oliveira, L. L. et al. (1982) *Estado Novo. Ideologia e poder*. Ed. Zahar
- Oliveira, L. L. (1998) A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, 5, 195-215
- Pádua, A. A. S. de. (2007) “A sobrevida da marcha para o oeste” In *Estudos*, Goiânia,34 (7/8), 626-643
- Pereira, E., M. C. M. (1997) O Estado Novo e a marcha para o oeste. *História Revista*, 2 (1), 113-129
- Ricardo, C (1941). O estado novo e seu sentido bandeirante. In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 1(1),110-132:< <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/cultura-politica/163538>>
- Ricci, F. (2008) A economia cafeeira no Vale do Paraíba paulista na República Velha: uma avaliação. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 4 (3), 105-117<<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/156>>
- Santos, M. (1982) *Espaço e sociedade: ensaios*. Ed. Vozes
- Silva, S. D. (2017) *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Ed. Mauad X
- Silva, W. G (2016). A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. In *Revista do Departamento de Geografia da USP*. 31, 26-42.
- Velho, O.G. (2009) *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Ed. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais